

AGRONEGÓCIO X DESENVOLVIMENTO: ESPAÇOS ESTRATÉGICOS DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DO TOCANTINS E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.

AGROINDUSTRIA X DESARROLLO: ESTRATÉGICAS EN AREAS DE AGROINDUSTRIA EN EL ESTADO DE TOCANTINS Y EL ÍNDICE DE DESARROLLO HUMANO.

Eder da Silva Cerqueira-

Licenciado e Bacharel em Geografia. Especialista em Administração Pública. Mestre em Desenvolvimento Regional. Email: edersvp@uft.edu.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é comparar alguns indicadores de atividade econômica com índices de desenvolvimento social e humano nos Municípios tocaninenses de Campos Lindos, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Pedro Afonso e Porto Nacional. A pesquisa utilizou-se de bibliografia pertinente à temática e da coleta de dados secundários do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria de Planejamento e Modernização da Gestão Pública do Estado do Tocantins (SEPLAN). Verificou-se um crescimento econômico significativo dos municípios investigados, bem como melhora em indicadores como educação, longevidade e renda. Porém, existe um crescimento quase que proporcional de pobreza de grande parte dessas populações, ou seja, à medida que a economia desses municípios cresce também se acentua o processo de exclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio, Desenvolvimento Econômico e Índice de Desenvolvimento Humano.

RESUMEN

El propósito de este artículo es comparar algunos indicadores de la actividad económica con índices de desarrollo social y humano en los municipios de Tocantins: Campos Lindos, Formoso do Araguaia, Confusión Laguna, Pedro Afonso y Porto Nacional. La investigación hizo uso de la bibliografía pertinente al tema y la recopilación de datos secundarios de las Naciones Unidas para el Desarrollo Programa (PNUD), el Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) y el Departamento de Planificación y Modernización de la Administración Pública del Estado Tocantins (SEPLAN). Hubo un significativo crecimiento económico de los municipios investigados y mejora de los indicadores tales como la educación, la longevidad y la renta. Sin embargo, hay un crecimiento casi proporcional de la pobreza de la mayoría de estas poblaciones, es decir, cuando la economía crece estos municipios también acentúa el proceso de exclusión social.

PALABRAS CLAVE: Agroindustria, Desarrollo Económico y el índice de desarrollo humano.

1. INTRODUÇÃO

O antigo Norte Goiano, atual estado do Tocantins, teve seu povoamento iniciado no século XVIII (1730 aproximadamente) com o ciclo do ouro. O povoamento do Norte de Goiás foi marcado pela lentidão e por etapas distintas: período aurífero (século XVIII), agropecuário tradicional (séculos XIX e XX), colonização espontânea e oficial em zonas pioneiras (primeiras décadas do século XX), bem como os garimpos de cristal, que deram origem a algumas cidades no Norte (primeira metade do século XX): Cristalândia, Pium e Dueré. Além destes, outros fatores contribuíram também para o nascimento de algumas cidades, como: presídios militares (Araguacema) e aldeamentos (Dianópolis, Pedro Afonso, Itacajá e Tocantínia). (VINHAL, 2009).

Para Silva (1996) quando os arraiais de ouro surgiram no Tocantins, já existia aqui a “picada da Bahia”, com seus arraiais de gado. Giraldin (2002, p.110) assegura que antes da chegada dos povos não indígenas, a partir do século XVIII, a região entre os rios Araguaia e Tocantins, que hoje forma o Estado do Tocantins, era povoada por diversos povos indígenas. Dentre eles podemos citar os Akroá, Xacriabá, Xavante, Xerente, Javaé, Xambioá e Karajá em sua maioria pertencentes ao grupo linguístico Macro-Jé. Somente os Avá-Canoeiros, pertenciam ao tronco linguístico Tupi. A população indígena do atual estado do Tocantins sofreu os impactos de ocupação dos não indígenas e para garantir o desenvolvimento da região o governo apelou por expedições armadas e construções de presídios o que levou a dispersão e até mesmo a completa extinção de algumas tribos indígenas da região.

A partir do século XVIII, com a descoberta das jazidas do antigo Norte Goiano, vieram para a região populações de toda a colônia e até mesmo da metrópole portuguesa. A procura pelo metal dá início ao surgimento dos arraiais e dinamiza o povoamento da região que segundo Parente (2001). O processo “mineratório” acelerado teve como consequência, o surgimento de arraiais e vilas, elas surgem primeiramente no sul e na medida em que iam sendo descobertas novas jazidas em direção ao norte surgiam vários arraiais sob a forma de “ilhas”, isoladas uma das outras e que surgiam ou entravam em decadência conforme a presença do ouro. As casas e o próprio mobiliário

tinham aspectos provisórios, ou seja, a durabilidade da mina e que determinava o tempo de fixação da população (VINHAL, 2009).

A crise econômica após o esgotamento aurífero se fez sentir com mais intensidade na região norte, onde a escassez populacional e a ausência de atividades econômicas fizeram com que se tornasse necessário buscar alternativas para reativar a economia. Para Parente (2001, p.24) “a crise econômica na região tornou-se crônica e sobreviveu ao período colonial. A população teve que criar mecanismos de resistência para que pudesse, mesmo dentro de um processo lento e inacabado, reordenar suas forças produtivas”. Essa alternativa econômica encontrou resposta na agricultura e principalmente, na pecuária, justamente as atividades que tinham importância secundária no contexto da economia mineradora (SILVA e VINHAL, 2008 p. 13).

Tanto a pecuária quanto a agricultura, que nesse momento caminhavam lentamente rumo a um nível de produção esbarram na sua incapacidade de promover o desenvolvimento econômico para a região: carência de meios e via de comunicação, escassez de mão-de-obra e ausência de mercado consumidor. Marcado pelos grandes “vazios demográficos” e por um relativo abandono em relação a outras regiões do Brasil o antigo norte goiano permaneceria até os anos 50 do século XX, sem grandes alterações no que diz respeito às comunicações. Essa realidade só viria mudar com o advento da Belém-Brasília obra do então presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Sendo ela a responsável pela dinamização nas comunicações da região norte, pelo surgimento de novos núcleos urbanos e pela reativação de tantos outros, se torna necessário mesmo que em linhas gerais expor as características desse governo e a construção da Belém-Brasília. O Brasil, em meados da década de 1950, passava por grande expectativa pela chegada ao poder de um governo que acenava com a possibilidade de se alcançar, num curto período de tempo, acelerado desenvolvimento para todo o país (VINHAL, 2009).

A partir do momento que o Estado institui políticas de investimentos para o desenvolvimento regional no país, as várias regiões brasileiras passam por um povoamento e desenvolvimento de suas economias. As políticas de marcha para o oeste

brasileiro desloca o desenvolvimento do Centro-Sul para a Amazônia. Nesse processo, o norte goiano também entra no eixo deste desenvolvimento.

Depois do ciclo da mineração e da agropecuária tradicional, chega ao estado do Tocantins, o agronegócio em alguns pontos estratégicos do seu espaço. O agronegócio adentrou as fronteiras do Tocantins, no início da década de 2000, com o intuito de tomar o cerrado e desenvolver economicamente a região central do país, motivado pela generosidade do governo brasileiro desde a década de 30, com o projeto denominado “Marcha para o Oeste”. A partir desse fato, é visível a mudança sofrida pela paisagem: a desestruturação dos camponeses no campo que migraram para pequenos centros urbanos, e a ampliação de grandes latifúndios com seus “mares” de plantações de soja, entre outros grãos, etc., que passaram a dominar o cerrado.

Durante o governo dos militares, foi criado um projeto audacioso que prometia resolver o problema do subdesenvolvimento brasileiro. O objetivo desse projeto era ampliar o processo de ocupação da região central e oeste do país, e com isso garantir o abastecimento de matéria-prima para indústria que estava se desenvolvendo, a produção de alimentos, e criar a principal ponte para a posterior ocupação da Amazônia.

No início, o Cerrado Brasileiro era considerado como um lugar de terras “não produtivas”, solo seco ou de “pouca produtividade”. Com o projeto de Vargas (1930) e do governo militar (1964) de ocupação do território nacional, foram instaladas algumas colônias agrícolas e a abertura de estradas, que possibilitaram que outros trabalhadores do campo migrassem e também se instalassem nas regiões menos povoadas. A ocupação do Cerrado também foi influenciada por essa política de ocupação.

Com o avanço tecnológico de manejo do solo e produção de sementes adaptáveis às condições climáticas, associados ao encarecimento das terras agricultáveis no sul e sudeste brasileiros, o Cerrado se tornou um alvo importante do capital, como ressalta Calaça (2013, p.24):

Historicamente o Cerrado foi considerado, até os anos de 1970, como áreas impróprias e inadequadas para o cultivo. Por intermédio das pesquisas agronômicas, as propriedades do solo e o desenvolvimento de variedades de plantas adaptadas às condições edafoclimáticas do Cerrado e a indicação dos investimentos necessários ao desenvolvimento das culturas comerciais tornaram-se conhecidos.

O Tocantins, a unidade mais recente da federação e incorporada à Amazônia Legal, pertenceu até poucas décadas ao território do estado de Goiás e traz em sua paisagem o Cerrado, assemelhando-se em muitos aspectos à região centro-oeste, sobretudo no processo de expansão do agronegócio, atividade que chega posteriormente ao Tocantins. Para compreender o Cerrado, Calaça nos sinaliza que:

Assim, é necessário avançar para além do bioma para compreender o processo de uso e apropriação do Cerrado, os usos e os abusos que se processam para a transformação da matéria disponível em recurso com atributos e possibilidades. (CALAÇA, 2013, p. 22)

A ocupação das terras do Cerrado pelas monoculturas da soja, do arroz, do milho e da cana-de-açúcar tem avançado do centro-oeste para o norte do Brasil, concretizando os objetivos do governo brasileiro, lançados na década de 30 e após 1964, de expandir o processo de ocupação dessas áreas, avançando até a Amazônia. No primeiro momento através de colônias agrícolas, e atualmente pelo agronegócio.

Existe um vultoso investimento em infraestrutura com o objetivo de atrair os empresários do agronegócio para a região do Cerrado, e o estado do Tocantins, pela sua localização e pelas suas características topográficas tem sido alvo desses empresários. A prova disso está na construção de rodovias que interligam o centro ao sul, ao sudeste e ao nordeste do país, como a Belém-Brasília que liga Anápolis à Belém, cruzando o Tocantins de norte a sul, e a construção da ferrovia Norte-Sul, cuja finalidade baseia-se no escoamento da produção de grãos.

Entre os objetivos da criação dessa ferrovia, está presente o estímulo do desenvolvimento econômico e integração territorial da malha viária intermodal nacional. Ampliar o escoamento de matéria-prima para os portos do Norte brasileiro e fomentar o desenvolvimento regional. O agronegócio será uma das atividades econômicas que se beneficiará de forma significativa no quesito de transporte e escoamento de grãos para a exportação. (SANTOS, 2013, p. 146)

Nesse processo de avanço do agronegócio pelo Tocantins, alguns municípios foram eleitos pelo capital para a sua instalação. Dentre eles, cinco municípios se destacam na produção de grãos: Campos Lindos, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Porto Nacional e Pedro Afonso. A escolha desses municípios pelo capital se deve há diferentes razões, que vão desde a localização, infraestrutura, políticas de financiamento até o baixo valor das terras. A ocupação dessas regiões compreendem

parcialmente as porções leste e oeste do Estado, e variam quanto à produção de grãos, sobressaindo-se a soja, que compreende a maior parte das terras ocupadas, e que soma o maior volume de exportação.

A partir da chegada do capital do agronegócio ao Tocantins, é possível inferir que o desenvolvimento econômico e social das populações desses municípios, não é proporcional a crescimento econômico desses municípios. Ainda é possível observar que boa parte da população camponesa expulsa do campo para os pequenos centros urbanos, teve uma perda significativa quanto à qualidade de vida social e econômica, pois, no mínimo, ficaram sem acesso à terra que produzia a renda necessária ao provimento dessas famílias.

Assim, é importante compreender em que medida o discurso do “Progresso e Desenvolvimento” propagado pelo Estado e pelo capital privado, é falacioso, e até que ponto há de fato um desenvolvimento humano, social e econômico da população dos municípios impactados diretamente pelas ações do agronegócio.

Material e Métodos

Os procedimentos metodológicos basearam-se no método qualitativo e em uma revisão bibliográfica sobre o debate teórico a respeito da relação entre a atividade econômica do agronegócio e o processo de desenvolvimento regional e humano. Eles foram organizados e desenvolvidos a partir de uma análise teórico-crítica sobre os desdobramentos sociais do modelo de produção capitalista no espaço agrário.

A discussão teórico-metodológica procedeu-se de duas formas: um debate teórico a partir da interpretação do referencial bibliográfico utilizado e trabalhado, e das experiências e pesquisas acumuladas durante as pesquisas do mestrado, e da disciplina Abordagem Territorial do Cerrado. A abordagem dialética orientou os procedimentos metodológicos da pesquisa, cuja análise valeu-se de aspectos materiais e sociais, partindo da premissa de que a realidade só é compreendida em direção à totalidade.

Após o levantamento bibliográfico, procedeu-se a compilação, organização das ideias e interpretação dos dados e informações teóricas e empíricas disponíveis na literatura adotada. A partir dos procedimentos teórico-metodológicos qualitativos descritos, chegou-se aos resultados que viabilizaram a redação do artigo.

Programas e Eixos de Desenvolvimento Regional

Durante o regime militar no período de 1964 a 1985, o Brasil vivenciou uma série de estratégias governamentais voltadas à integração nacional e a extração de recursos naturais, que culminaram na exploração desenfreada de minérios na Amazônia, e na associação entre a burguesia nacional, o Estado e grupos estrangeiros. Como explica Oliveira (1991, p. 29):

Nessa estratégia, coube lugar de destaque para a geopolítica da integração nacional, onde o desenvolvimento das três grandes regiões geoeconômicas brasileiras – Centro-Sul, Nordeste e Amazônia – era visto sob o ângulo de estratégias diversas: o Centro-Sul deveria ter o processo de industrialização solidificado e sua agricultura modernizada, além de participar do esforço nacional de “desenvolvimento do Nordeste” via industrialização e da ocupação, via “Operação Amazônia”, da região Norte do país. Muitos foram os planos para a consecução desses objetivos.

Nesse período, o governo brasileiro propagava um ideal nacionalista de defesa à integração nacional com o intuito de proteger o Brasil da invasão de países estrangeiros, especialmente aqueles que faziam fronteira com a Amazônia. A política de “Integrar para não Entregar”, na verdade, encobria intenções contrárias a isso, pois o governo brasileiro executou através da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), um dos maiores projetos de ocupação e exploração de recursos minerais que já ocorreu na Amazônia, inclusive por grupos estrangeiros que emprestaram capital ao Brasil, e cobraram juros altíssimos, pagos com minérios, principalmente ferro e manganês. Para Oliveira (1991), é nesse momento em que a lógica do grande monopólio estrangeiro se torna mais nítida: emprestam-se dólares do exterior e, para efetuar o pagamento do juro, são exportados os recursos minerais.

Além da exploração de minérios na região Amazônica, existia também outra situação conflituosa a ser minimizada: a reforma agrária. Durante o governo do Marechal Castelo Branco, o Estado apontou uma solução para a os refugiados da seca nordestina: estimular a migração dessa população para o imenso “vazio demográfico” que representava a Amazônia, uma terra de abundantes recursos naturais. A partir do projeto de integração nacional, com o financiamento do capital estrangeiro, iniciam-se obras de infraestrutura, como a abertura de estradas, a exemplo da rodovia

Transamazônica, cujo objetivo era possibilitar o acesso desses nordestinos e empresários agropecuaristas ao interior da Amazônia.

O governo brasileiro ansiava pela exploração econômica da região Norte. E estimulou não só a extração de recursos minerais, como também de madeira, além da expansão da atividade agropecuária em áreas de terra firme. Enquanto era financiado pelo capital estrangeiro, o Estado dava como garantia a apropriação desse território, um investimento sem riscos para os empresários que desejassem avançar nessa frente pioneira de ocupação.

É evidente que esta sempre foi a lógica do processo de expansão e reprodução do capitalismo, até aí nenhuma novidade. Entretanto, camuflar a entrega das riquezas minerais, sobretudo da Amazônia, à aliança capital nacional/internacional sob o signo de um falso nacionalismo vai uma diferença muito grande. (OLIVEIRA, 1991, p. 34).

Para a implementação da estratégia de integração e ocupação do interior do Brasil foram criados os programas POLOCENTRO e POLAMAZÔNIA, na década de 70. Esses programas tinham dois objetivos principais: possibilitar o acesso aos recursos naturais por grandes grupos econômicos e reordenar os fluxos migratórios que partiam anteriormente do nordeste para o sudeste, em direção à Amazônia. Segundo Oliveira, à região do Cerrado competia a ocupação de agropecuaristas vindos do sul, onde as terras estavam escassas e com alto preço, e à Amazônia, os nordestinos que sofriam com as condições adversas de clima e solo.

O POLAMAZÔNIA foi criado em 1974, com o objetivo de promover a exploração da Amazônia pelas atividades agropecuárias, agroindustriais e florestais nas regiões de Xingu Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá-Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruena, Aritana e Marajó, com a finalidade de explorar minérios e madeira.

Tornou-se vantajoso para bancos, companhias de seguro, mineradoras e empresas estatais, de transportes ou de construção de estradas investir na devastação da floresta tropical para introduzir grandes projetos de criação de gado, com subsídios oficiais, realizando a exploração das terras a preços baixos. (KOHLHEPP, 2002, p. 06).

O POLOCENTRO foi criado em 1975, sua proposta estava voltada a exploração do Cerrado, principalmente o goiano (o qual pertencia o estado do Tocantins) e o mato-

grossense. Ele objetivava a ocupação do Cerrado pela soja, a fim de diminuir as tensões existentes no sul do Brasil, onde ela era muito cultivada.

Os objetivos do POLAMAZÔNIA não obtiveram o êxito esperado, excetuando-se os investidores estrangeiros que em muito se beneficiaram com a exploração e exportação de minérios brasileiros, mas as obras de construção das estradas que cruzam o Brasil, no sentido nordeste/norte, em sua maioria não foram concluídas, a exemplo da rodovia Transamazônica, a tensão existente no nordeste brasileiro, devido às condições adversas do sertão nordestino, endossou um sério conflito entre posseiros e indígenas que ocupavam a região, e os pecuaristas que avançaram com criações de gado, tiveram perdas consideráveis de rebanho devido à degradação dos pastos pelas queimadas.

As metas a serem alcançadas pelo POLOCENTRO tiveram melhor êxito. A partir da implantação deste programa, a soja entre outras monoculturas de grãos estão comprometendo a biodiversidade do Cerrado, e expulsando a população camponesa de suas terras, através do processo de concentração de terras pelos grandes latifúndios. A atividade do agronegócio é muito rentável e aliada à tecnologia, “adaptou-se” muito bem a topografia da região.

No final da década de 70 foi criado outro Programa Nacional de Desenvolvimento, o POLONOROESTE. Esse programa teve como objetivo a colonização agrícola de terras em Rondônia e Mato Grosso, através do financiamento do Banco Mundial. Como explica Oliveira (1991, p. 94) “Este programa procurou, além da abertura/pavimentação da rodovia, alimentar programas de colonização em Rondônia e de desenvolvimento e regularização fundiária em Mato Grosso”.

Além dos programas citados, o Cerrado Brasileiro foi alvo de um programa de cooperação entre o Brasil e o Japão, conhecido como PRODECER. O objetivo desse programa implementado no final da década de 1970 era a produção de *commodities* para o mercado estrangeiro. Foi implantado em três fases: a primeira no estado de Minas Gerais, a seguinte em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia, e a última, na década de 90 atingiu o Tocantins e o Maranhão.

Dentro do projeto de integração nacional pensado por Vargas e concretizado no governo de Juscelino Kubitschek, foi construída a rodovia BR-153, conhecida como Belém-Brasília, que cruza o estado do Tocantins de norte a sul. O objetivo dessa

construção era integrar o Meio-Norte ao Centro-Sul do Brasil, tornando-a a principal via de escoamento da produção e acesso aos estados do Tocantins e Goiás. Como ressalta Souza (2002, p. 353) “através da política desenvolvimentista, a expansão rodoviária era vista como uma forma de integrar geográfica e economicamente as várias regiões do país”.

Até a construção da BR-153, a maioria das cidades que integravam o antigo norte goiano, hoje Tocantins, se concentrava às margens do rio Tocantins, que até meados do século XIX, representava uma importante hidrovia ligando a capital Belém (PA) à cidade de Porto Nacional (GO).

O Plano de Integração Nacional possuía um discurso baseado na chegada do progresso e do desenvolvimento no interior do país, falava-se em desenvolver economicamente essa região, mas na verdade isso não ocorreu. Na Amazônia, além da perda de uma parte significativa da Floresta Amazônica, pelo desmatamento, queimadas e pela ocupação desordenada, a população ainda permanece no isolamento, a exemplo, dos pequenos aglomerados urbanos que se formaram a partir da abertura de estradas como a Transamazônica, ainda inacabada. No Cerrado tocantinense, a construção da rodovia BR-153, a principal via de escoamento da produção agrícola, não foi capaz de integrar todo o estado ao restante do Brasil, a exemplo da região do Jalapão. Como ressalta Lira, 2011, p. 152:

Concluimos que, nem a hidrovia do Tocantins e muito menos a Belém-Brasília, foram suficientes para fazer a integração da região. A hidrovia esbarrou na sazonalidade da navegação, a Belém-Brasília deslocou o eixo um pouco para a esquerda, sem se integrar à região.

Outro eixo de integração nacional é a ferrovia Norte-Sul, construída com o objetivo de escoar a produção do Cerrado para o Porto de Itaqui no Maranhão. Segundo Oliveira, 1991, os programas POLOCENTRO e PRODECER foram gestados em conjunto com a construção da ferrovia. Como ressalta, Santos (2013), está nítido que o principal objetivo da ferrovia é o desenvolvimento das atividades do agronegócio. Será mais uma via de escoamento da produção de grãos para o mercado externo. A ferrovia Norte-Sul se estende pelo país da região sul à região norte, e no Tocantins, está paralela a rodovia Belém-Brasília. Serão seis pátios multimodais construídos nos municípios de

Porto Nacional/Palmas, Aguiarnópolis, Araguaína, Colinas, Guaraí e Gurupi. Conforme ilustra a figura N° 01.

Figura 01. Ferrovia Norte- Sul



Desde os governos militares até a retomada da democracia política, o que se pode observar é um conjunto de estratégias, planos e metas que se resumem em uma única finalidade: elevar o desenvolvimento regional em uma perspectiva economicista e servir ao capital nacional e estrangeiro.

Os programas de integração nacional e os eixos de integração construídos na Amazônia e no Cerrado Brasileiro tiveram o propósito de promover o desenvolvimento regional e econômico, mas o desenvolvimento humano e social de suas populações ficaram apenas no discurso. O alvo foi a exploração os recursos naturais para proporcionar o enriquecimento de uma pequena camada da sociedade composta por grandes empresários brasileiros e estrangeiros. A população do interior do Brasil ainda está no isolamento geográfico, econômico e social.

Áreas Estratégicas do Agronegócio no Estado do Tocantins

O Cerrado era visto até a década de 70 como uma região que “não possuía potencial” para a produção agrícola em larga escala, mas os avanços tecnológicos e os incentivos político-econômicos somados a sua localização e as condições físico-climáticas fizeram dele uma das maiores áreas do agronegócio.

O financiamento do governo brasileiro incentivou os produtores a investirem em tecnologias como a correção da acidez do solo, o emprego de máquinas, a utilização de adubos e sementes melhoradas e a irrigação do solo, para aumentar o potencial produtivo do Cerrado. Além disso, investiu em projetos de infraestrutura, como a construção de rodovias, entre elas a BR-153, e a ferrovia Norte-Sul, interligando o centro ao litoral brasileiro, para o escoamento dessa produção.

O PRODECER foi um dos projetos da política nacional de desenvolvimento, voltado diretamente ao desenvolvimento regional do Cerrado, que proporcionou resultados muito positivos à burguesia do agronegócio. Projetado para desenvolver o potencial agrícola do Cerrado, esse programa, sob a supervisão de parceiros japoneses, selecionou as áreas, os tipos de lavouras e técnicas que seriam empregadas, e o perfil dos colonos que ocupariam as terras com maior potencial para a produção.

O Tocantins mesmo fazendo parte da Amazônia Legal foi incluído na terceira fase do PRODECER, conhecido como PRODECER III. Nessa fase, em meados da década de 90, os municípios de Pedro Afonso (TO) e Balsas (MA) foram beneficiados pelo financiamento dos custos operacionais para a produção de grãos, principalmente a soja. O PRODECER, assim como o POLOCENTRO e o POLAMAZÔNIA estiveram voltados principalmente ao desenvolvimento econômico. Os prejuízos ambientais e sociais não foram motivo de preocupação para o governo brasileiro que investiu

maciçamente para que a produção agropecuária avançasse pelo Cerrado e pela Amazônia.

Não existem dúvidas quanto ao crescimento da produção brasileira e nem quanto ao seu potencial econômico, mas os prejuízos ambientais e sociais necessitam ser considerados. Como explica Pires (2000, p. 126):

É também importante mencionar os principais efeitos ambientais desse processo. Esse ecossistema tem sofrido vários problemas encontrados na modernização da agricultura brasileira: o empobrecimento genético, a compactação e erosão dos solos, a contaminação química das águas e a biota, a irrigação destrutiva etc.

O agronegócio é uma atividade concentradora e altamente excludente, é o capital voltado às atividades agrícolas e à rentabilidade da terra. Suas principais características são os grandes latifúndios e as chamadas empresas rurais, o emprego de alta tecnologia e uma produção voltada principalmente ao mercado externo.

As consequências da implantação do agronegócio em qualquer região do Brasil, como têm ocorrido no Cerrado, são: concentração de terras, com a expulsão do camponês de sua pequena propriedade; desemprego, devido à utilização de máquinas que substituem a mão-de-obra de dezenas de trabalhadores; prejuízos ambientais, como a compactação do solo, o aumento de pragas pela falta de rotação de culturas e pelo desmatamento, a contaminação do solo e da água pelos produtos usados nas lavouras; e a concentração de renda.

No Tocantins, além de Pedro Afonso, outros municípios foram eleitos pelo capital do agronegócio, entre eles os que mais se destacam são: Campos Lindos, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Porto Nacional.

Campos Lindos

O município de Campo Lindos está localizado há 491 km da capital Palmas, na microrregião do Jalapão, possui uma área de 3.240,18 km² e uma população de 8.139 habitantes, segundo o IBGE (2010). Foi instalado no início da década de 90, desmembrado do município de Goiatins, a base de sua economia é a atividade agropecuária, destacando-se a produção de soja (SEPLAN, 2013).

Formoso do Araguaia

Formoso do Araguaia é remanescente de um povoado que surgiu no final da década de 40, sendo desmembrado do município de Cristalândia em 1963. Em 1979, este município foi contemplado pelo Projeto Rio Formoso de agricultura irrigada, sua principal atividade econômica. (SEPLAN, 2013). O município conta com uma área de 13.423,38 km² e uma população de aproximadamente 18.427 habitantes, segundo o censo de 2010 (IBGE).

Lagoa da Confusão

O povoado que deu origem ao município de Lagoa da Confusão teve início em 1941, mas somente em 1991 foi desmembrado do município de Cristalândia. Sua principal atividade econômica é a agropecuária, destacando-se a produção de arroz e a criação de bovinos. Devido a essa atividade, o município de Lagoa da Confusão está entre os dez maiores PIB's do estado do Tocantins (SEPLAN, 2013). Sua população é de aproximadamente de 3.525 habitantes que ocupam uma área de 911,34 km², de acordo com o censo de 2010. (IBGE).

Pedro Afonso

O município de Pedro Afonso abrange uma área de 2.010,90 km², divididos entre uma população de aproximadamente 11.539 habitantes (IBGE). É um dos municípios mais antigos do estado do Tocantins, seu povoamento data de 1845, elevado à condição de distrito em 1875, e emancipado em 1938. Em 2010, o município teve um grande destaque quanto à produção agropecuária, dando destaque à soja, à cana-de-açúcar e ao arroz (SEPLAN, 2013).

Porto Nacional

Segundo o censo de 2010, a população de Porto Nacional é de 49.146 habitantes, e possui uma área de 4.449,92 km². Está localizado na região central do estado do Tocantins, e ocupou em 2014, o quarto lugar no ranking do PIB estadual, devido à atividade agropecuária desenvolvida na região, principalmente a produção de soja. A ocupação da região que hoje é Porto Nacional é datada de 1722, no período de exploração do ouro em Goiás. Posterior a isso, transformou-se em um importante entreposto comercial ligando o estado de Goiás à capital Belém no Pará, pela hidrovía

do rio Tocantins, e em 1861 foi elevado à condição de cidade, recebendo o nome de Porto Nacional, na ocasião da Proclamação da República (SEPLAN, 2013).

A escolha do capital do agronegócio por essas regiões para a produção de grãos, especialmente a soja, se deve a razões distintas. O município de Campos Lindos foi criado no início da década de 90, com o objetivo de servir à produção agropecuária, devido à potencialidade de seus solos. Pelo fato de ter sido incorporado pela terceira fase do programa nipo-brasileiro, denominado PRODECER III, o município de Pedro Afonso se tornou atrativo à produção de grãos. O financiamento do PRODECER permitiu aos colonos subsidiarem a sua produção em larga escala para o mercado estrangeiro.

O município de Formoso do Araguaia foi contemplado com um projeto do governo de Goiás, no final da década de 70 de agricultura irrigada, denominado de Projeto Rio Formoso. Ao estado de Goiás competiu à elaboração de estudos sobre a região, o apoio técnico e o financiamento do projeto, o que atraiu inúmeros investidores de outras regiões. A região de Lagoa da Confusão pelo fato de compor a região do médio Araguaia teve a sua produção voltada também à produção de grãos. As áreas de várzeas e ipucas no entorno da Ilha do Bananal são um grande atrativo à produção de grãos e ao desenvolvimento da pecuária. A ferrovia Norte-Sul que cruzará o estado do Tocantins terá uma plataforma no município de Porto Nacional. A sua localização no centro do estado e o acesso à ferrovia fez do município um polo atrativo para o agronegócio, que vem avançando pelo estado de Goiás.

Uma das principais características do modo de produção capitalista é a seleção do lugar. Os incentivos fiscais, os projetos de infraestrutura e os financiamentos oferecidos pelo Estado têm representado um importante atrativo ao capital nacional e internacional. E é o fluxo do capital que define que áreas serão “luminosas” e quais serão “opacas”. Como define Santos (1999, p. 304):

Há espaços marcados pela ciência, pela tecnologia, pela informação, por essa mencionada carga de racionalidade; e há outros espaços. Há os espaços do mandar e os espaços do obedecer. Todavia, essa racionalidade sistêmica, não se dá de maneira total e homogênea, pois permanecem zonas onde ela é menor e, mesmo, inexistente onde cabem outras formas de expressão que têm sua própria lógica.

Existe uma disputa entre os municípios tocantinenses onde se instalarão a atividade econômica do agronegócio. Isso se deve ao discurso de desenvolvimento propagado pelo Estado e pela iniciativa privada que apresentam altos índices de crescimento econômico das regiões eleitas por esse capital. Dados que não refletem a realidade de grande parte das populações desses municípios.

Agronegócio e Desenvolvimento Regional

A atividade econômica da agropecuária tradicional já está presente na região do Tocantins desde o século XIX, mas a atividade do agronegócio chega ao final do século XX. Basicamente, podemos identificar três frentes de modernização da agricultura no Tocantins, a partir do sistema de investimentos públicos e privados destinados à expansão de áreas agrícolas no Cerrado.

A primeira pode ser convencionada de frente de investimentos espontâneos que compreende a região de Formoso, Lagoa da Confusão na Bacia do Araguaia, e as áreas de desdobramento do Projeto Mimoso-BA que compreende a região centro/sudeste do Tocantins. Estas são áreas onde o modo de produção capitalista na agricultura está se estruturando de forma espontânea.

A segunda, a região do PRODECER III, é considerada como frentes de investimentos dirigidos, isto é, são áreas determinadas por políticas públicas, oferecendo uma série de incentivos e concessões por parte dos governos federais, estaduais e municipais, que tem como principal objetivo promover políticas de desenvolvimento regional baseadas na criação de novos projetos agropecuários, novas demandas de consumo e circulação de novas mercadorias. O PRODECER III iniciado em 1996, numa área de 40 mil hectares instalado no município de Pedro Afonso-TO, é a continuação da frente de expansão da agricultura moderna no cerrado, iniciada pelos governos militares no Cerrado mineiro, capitalizada pelo JICA, uma empresa de capital nipo/brasileiro.

É um modelo de desenvolvimento regional que parte de uma lógica de inserção da produção agrícola regional ao sistema de commodities internacionais e coloca a economia do Tocantins sob os ditames da economia global. Com a implantação deste projeto, as terras do município de Pedro Afonso vão aparecer nas políticas de planejamento e desenvolvimento como área de avanço tecnológico na agricultura, isto

significa dizer que as áreas destinadas à monocultura da soja, ou seja, áreas especificamente “preparadas” para investimento de capitais internacionais e nacionais com o objetivo de alavancar o processo de desenvolvimento regional. Entretanto, o modelo de desenvolvimento implantado pelas políticas públicas de investimentos juntamente com o capital interno e externo, implica em outras condicionalidades territoriais. Dentre as quais, podemos citar a de territorializar “novas” relações de produção globais e desterritorializar “velhas” relações de produção local desencadeando impactos territoriais na região.

A terceira frente caracteriza-se pela iniciativa dos empresários baseada na grande lavoura de soja com sua logística territorial que vem se estabelecendo no estado, como resultado do avanço da fronteira agrícola no município baiano de Mimoso, atual Luís Eduardo Magalhães e nos municípios tocantinenses de Santa Rosa, Natividade, Silvanópolis e Mateiros no sudeste do Jalapão. O Projeto Manuel Alves na região de Dianópolis também é resultado desse mesmo modelo de política agrícola para o Tocantins, conduzido pelo Ministério da Integração Nacional.

No fim da década de 70, o município de Formoso do Araguaia e a região do Médio Araguaia, desenvolveram a produção de grãos nas áreas de várzea e ipucas, destacando-se o arroz e a soja. Em meados da década de 90, com o PRODECER III, um projeto de financiamento dos governos brasileiro e japonês, houve um crescimento significativo na ocupação e cultivo de soja e cana-de-açúcar no município de Pedro Afonso.

O município de Campos Lindos é outro exemplo de expansão da produção agrícola na década de 90. A região onde foi instalado o município foi escolhida pela vocação de seus solos à produção de grãos, tendo destaque a soja, muito procurada pelo mercado internacional. Outro destaque no setor agrícola é a região de Porto Nacional pelos mesmos atrativos de outras áreas eleitas pelo capital do agronegócio, que vem sofrendo grandes mudanças em sua paisagem e na economia. Os projetos de incentivo a produção no Cerrado tocantinense, o tornaram uma região atrativa ao capital do agronegócio. Os empresários advindos do sul do país, especialmente, encontraram no Tocantins, uma excelente oportunidade de expandir seus negócios, através da aquisição de terras a preços baixos, a existência de infraestrutura, quer seja pelas rodovias

estaduais ou federais, que cruzam o estado, ou pela construção em andamento da ferrovia Norte-Sul, e principalmente pelas propostas de financiamentos para o setor do agronegócio.

O processo histórico de ocupação das terras tocantinenses levou ao desenvolvimento do agronegócio de forma acelerada. Esse movimento faz parte de uma frente de expansão que avançou pelos estados de Goiás, Mato Grosso e Bahia, e que possui uma inclinação para a tomada de outras regiões, principalmente com o plantio da soja. É importante salientar que é o Estado quem oferece as condições para que o capital se instale. É ele quem promove toda a infraestrutura necessária para que se expanda, mesmo com o sério comprometimento dos recursos naturais, e a qualidade de vida da população. O discurso mais propagado desde o período da ditadura militar no Brasil é o da chegada do desenvolvimento e do progresso. Como se todos os impactos negativos pudessem ser ignorados pelos benefícios advindos dos setores que movem a economia. Porém, o que se precisa analisar é em que proporção há um desenvolvimento humano e social da população que sofre os impactos das atividades do agronegócio.

Os impactos negativos provenientes do agronegócio são de grandes proporções. A grande concentração de terras para a produção de monoculturas como a soja acaba ocupando os espaços produtivos dos pequenos proprietários de suas terras. Esses camponeses não dispõem de recursos financeiros para investir em tecnologia para produzir em maior escala, seus cursos d'água são por vezes contaminados pelos agrotóxicos utilizados nas grandes plantações, e em áreas de plantio de cana-de-açúcar, por exemplo, o ar fica bastante comprometido devido às queimadas dos canaviais.

Esses são exemplos de alguns impactos que levam a população camponesa, em muitas situações, a venderem suas propriedades e migrarem para aglomerados urbanos. Os grandes latifúndios muito embora concentrem uma grande área de lavoura, não empregam muitos trabalhadores. Parte da mão de obra oferecida é automatizada. O plantio e a colheita da produção são realizados de forma mecanizada, o que exige uma mão de obra técnica, muitas vezes não absorvendo a mão de obra disponível nas regiões em que se instalam.

O produto das monoculturas, como a soja, o arroz, o álcool, entre outros, não são beneficiados, em sua maioria, no Tocantins pela ausência de indústrias, o que propicia

uma arrecadação de impostos menor, sobre as atividades que desenvolvem nos municípios. Em outras palavras, a matéria prima não é processada por aqui. Com um número crescente de pessoas que migram de outras cidades, ou até mesmo do campo, em busca dos benefícios propagados pelo crescimento da economia, a população perde em qualidade de vida. Aumenta-se a demanda por serviços de saúde, educação, moradias, e os gestores precisam arcar com esses custos, sem que aja a contrapartida do modelo de produção baseado no agronegócio, que se destacam pela alta concentração de renda.

É possível observar que o PIB dos municípios de Campos Lindos, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Pedro Afonso e Porto Nacional têm crescido nos últimos anos, devido à grande produção de soja, entre outros grãos. Como se pode observar na Tabela 1, em dez anos o PIB dessas cidades triplicou, destacando-se Campos Lindos e Porto Nacional por apresentarem os aumentos mais expressivos no período entre 2000 e 2010.

Tabela 01- PIB per Capita, segundo Municípios- Tocantins 2000-2010

Municípios	PIB per Capita R\$ (2000)	PIB per Capita R\$ (2005)	PIB per Capita R\$ (2010)
Campos Lindos	3.746	18.224	30.234
Formoso do Araguaia	6.649	8.857	16.306
Lagoa da Confusão	6.471	14.830	29.663
Pedro Afonso	6.901	15.210	19.124
Porto Nacional	2.569	6.178	13.652

Fonte: IBGE/ SEPLAN – TO. Org: Autor

A produção agropecuária é uma das principais atividades econômicas do estado do Tocantins. Ela está presente em todos os municípios, seja na produção de grãos ou na criação de gado. Nos municípios escolhidos pelo agronegócio são desenvolvidas as duas atividades, que juntas contribuem para o elevado índice do PIB estadual. Na Tabela 2 podemos visualizar o lucro obtido com a atividade agropecuária (grãos e criação de gado), a arrecadação em impostos sobre essas atividades e outras como indústria e

comércio, o PIB e a classificação dos municípios de Campos Lindos, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Pedro Afonso e Porto Nacional em 2010.

Tabela 02- Produto Interno Bruto a preços correntes, Classificação, Valor Adicionado (va) por setor e impostos segundo Municípios- Tocantins/ 2010.

Municípios	Agropecuária 1000 (R\$)	Impostos 1000 (R\$)	PIB 1000 (R\$)	Classificação
Campos Lindos	115.625	19.466	246.072	12 ^a
Formoso do Araguaia	161.373	12.514	300.487	10 ^a
Lagoa da Confusão	211.180	8.020	303.010	08 ^a
Pedro Afonso	67.408	21.270	220.374	13 ^a
Porto Nacional	66.723	68.520	670.913	04 ^a

Fonte: IBGE/ SEPLAN – TO. Org: Autor

A exceção dos municípios de Pedro Afonso e Porto Nacional, a atividade agropecuária representa aproximadamente 50% do valor do Produto Interno Bruto, o que demonstra a força dessa atividade no estado do Tocantins, onde a atividade industrial ainda é incipiente.

Os municípios que mais se destacam na produção de grãos no Tocantins, não representam o maior percentual quanto ao PIB, mas é possível observar, um aumento muito significativo, na última década, em virtude da expansão do agronegócio no estado. É importante salientar que os dados sobre a arrecadação de impostos (Tabela-2), dizem respeito também a outras atividades econômicas, como a prestação de serviços e indústria.

Outros índices que podem e devem ser observados dizem respeito ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Comparamos os índices dos anos de 2000 e 2010 em educação, longevidade e renda, relacionando esses dados ao número de habitantes, à taxa de crescimento e à posição no ranking estadual, indicados na Tabela 3.

Tabela 03- População, IDH, Taxa de Crescimento e Ranking Estadual- 2010.

Municípios	População (Censo 2010)	IDH 200	IDH 2010	Taxa de Crescim ento (%)	Classificação
Campos Lindos	49.146	0,562	0,740	31,67	6 ^a
Formoso do Araguaia	11.539	0,546	0,732	34,07	7 ^a
Lagoa da Confusão	18.427	0,507	0,670	32,15	34 ^a
Pedro Afonso	10.210	0,479	0,627	30,90	82 ^a
Porto Nacional	8.139	0,343	0,544	58,60	138 ^a

Fonte: Atlas 2013- PNUD. Org: Autor

Os municípios de Pedro Afonso e Porto Nacional são os que possuem o melhor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) dentre os cinco analisados, e estão entre os dez melhores no ranking estadual, sendo superados apenas pelos municípios de Palmas, Paraíso do Tocantins, Gurupi, Araguaína e Guaraí. O município de Campos Lindos possui o segundo pior índice de IDH, ficando à frente apenas de Recursolândia.

É importante analisar o quão contraditória é a realidade desses municípios. Campos Lindos possui o segundo pior IDH (138^a) e ocupa a 12^a posição no ranking do PIB estadual. Lagoa da Confusão está em 82^o lugar em IDH e possui o 8^o maior PIB do estado do Tocantins, à frente de Formoso do Araguaia que está na 34^a colocação no IDH, e em décimo no PIB. Dos cinco municípios estudados, apenas Porto Nacional e Pedro Afonso não apresentam uma grande disparidade entre suas posições no IDH e no PIB estaduais. O Índice de Desenvolvimento Humano baseia em três componentes: educação, longevidade e renda. Esses componentes juntos representam o nível de qualidade de vida das pessoas, o acesso a serviços básicos e o poder aquisitivo da população. A Tabela 4 apresenta os componentes do IDH dos municípios de Porto

Nacional, Pedro Afonso, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Campos Lindos nos anos de 2000 e 2010.

Tabela 04- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2000).

Municípios	IDH Educação	IDH Longevidade	IDH Renda
Campos Lindos	0,406	0,708	0,619
Formoso do Araguaia	0,376	0,730	0,592
Lagoa da Confusão	0,326	0,669	0,599
Pedro Afonso	0,281	0,659	0,595
Porto Nacional	0,126	0,607	0,527

Fonte: Atlas 2013- PNUD. Org: Autor

Tabela 05- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2010)

Municípios	IDH Educação	IDH Longevidade	IDH Renda
Campos Lindos	0,701	0,826	0,699
Formoso do Araguaia	0,664	0,846	0,699
Lagoa da Confusão	0,587	0,801	0,640
Pedro Afonso	0,496	0,787	0,630
Porto Nacional	0,377	0,738	0,578

Fonte: Atlas 2013- PNUD. Org: Autor

Os municípios de Porto Nacional e Pedro Afonso estão na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799). Na faixa entre 0,6 e 0,699 de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM) estão Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão. E na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo está o município de Campos Lindos (IDHM entre 0,5 e 0,599), embora seja o maior produtor de *commodities* do estado do Tocantins, segundo dados do ATLAS (2010). Isto significa dizer que o avanço do agronegócio nestes municípios não trouxe benefícios para toda a população.

Ainda que estejam na faixa de alto desenvolvimento humano, os municípios estão distantes do índice ideal que é o mais próximo de 1,00 (0,999). Os menores índices indicam um nível maior de pobreza de grande parte da população.

Os municípios tocantinenses de Cristalândia e Ponte Alta do Tocantins ainda não foram impactados pelas atividades do agronegócio, mas estão na faixa de desenvolvimento médio (entre 0,6 e 0,699), índice superior ao de Campos Lindos, o que comprova que o desenvolvimento do agronegócio e o crescimento do IDH não são proporcionais. Segundo o Atlas de 2013 do PNUD o índice que mais cresceu em termos absolutos foi o da educação, seguida pela longevidade e pela renda. Isso se deve a uma política do governo federal de elevar o conceito da educação brasileira, a partir da inclusão das crianças nas escolas, e atualmente, nas idades corretas.

Outro fator que pode ter influenciado esse resultado foi o aumento da população urbana, o que possibilita a inclusão de crianças nos estabelecimentos de ensino. E também o auxílio financeiro, denominado de bolsa família, que exige que os beneficiários estejam matriculados nas redes municipais ou estaduais de ensino. É importante salientar que os índices apontados pelo Atlas de 2013 do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) baseiam-se em dados quantitativos e específicos, que apontam um crescimento relativo aos índices estaduais, representando um valor aproximado.

Os índices de pobreza e riqueza, apontados nas Tabelas 6, 7, 8, 9 e 10 refletem o percentual da população dos municípios estudados, que ficaram mais ricas e mais pobres nos anos de 2000 e 2010. Nas tabelas podemos observar os elevados índices de concentração de renda nos municípios analisados.

Tabela 06- Percentual de Renda apropriada por estratos da População de Porto Nacional-TO

Percentual	2000	2010
20% mais pobres	2,46	3,65
40% mais pobres	8,45	11,02
60% mais pobres	18,20	22,87
80% mais pobres	35,38	41,28
20% mais ricos	64,62	58,72

Fonte: Atlas 2013 (Perfil Municipal do Município de Porto Nacional). Org: Autor.

Tabela 07- Percentual de Renda apropriada por estratos da População de Pedro Afonso-TO

Percentual	2000	2010
20% mais pobres	3,16	3,84
40% mais pobres	9,72	12,13
60% mais pobres	19,81	24,57
80% mais pobres	36,29	45,28
20% mais ricos	63,71	54,72

Fonte: Atlas 2013 (Perfil Municipal do Município de Pedro Afonso). Org: Autor.

Tabela 08- Percentual de Renda apropriada por estratos da População de Formoso do Araguaia-TO

Percentual	2000	2010
20% mais pobres	2,49	2,69
40% mais pobres	8,26	1,067
60% mais pobres	18,05	23,61

80% mais pobres	35,57	44,48
20% mais ricos	64,43	55,52

Fonte: Atlas 2013 (Perfil Municipal do Município de Formoso do Araguaia). Org: Autor.

Tabela 09- Percentual de Renda apropriada por estratos da População de Lagoa da Confusão-TO.

Percentual	2000	2010
20% mais pobres	1,28	3,35
40% mais pobres	6,34	11,26
60% mais pobres	15,44	24,04
80% mais pobres	30,70	45,42
20% mais ricos	69,30	54,58

Fonte: Atlas 2013 (Perfil Municipal do Município de Lagoa da Confusão). Org: Autor.

Tabela 10- Percentual de Renda apropriada por estratos da População de Campos Lindos-TO.

Percentual	2000	2010
20% mais pobres	0,00	0,69
40% mais pobres	2,11	4,88
60% mais pobres	10,86	14,21
80% mais pobres	27,67	30,59
20% mais ricos	72,33	69,41

Fonte: Atlas 2013 (Perfil Municipal do Município de Campos Lindos). Org: Autor.

A partir dos dados sobre o percentual de pobres e ricos na última década, é possível comprovar o quão desproporcional tem sido a distribuição de renda nesses municípios. É nítida a concentração de renda em uma parcela pequena da população, em detrimento de uma maioria com índices de pobreza alarmantes, a exemplo de Campos

Lindos que apresenta a maior diferença: 80% mais pobres é igual 30,59 enquanto 20% mais ricos é igual a 69,41. Esses índices representam um enriquecimento de quase 70% de uma parcela de apenas 20% da população, em detrimento da maioria, o que comprova o baixo índice de desenvolvimento humano da população.

Assim, é possível apontar duas situações contraditórias: um dos índices de IDH sobre educação, longevidade e renda não refletem o nível de empobrecimento da maioria da população dos cinco municípios investigados; e que os dados que demonstram o percentual de empobrecimento da população são inversamente proporcionais ao do enriquecimento de pequena parcela que concentradora de renda.

Outro sim é possível afirmar que os índices de crescimento econômico, como o PIB, não são proporcionais aos índices de desenvolvimento humano, econômico e social da população, o que comprova que o discurso de desenvolvimento propagado pelo Estado e pela iniciativa privada é uma falácia.

Considerações Finais

A questão central dessa pesquisa é comparar o índice de desenvolvimento econômico ao índice de desenvolvimento humano, social e econômico das populações, dos municípios de Porto Nacional, Pedro Afonso, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Campos Lindos, impactados pela chegada das atividades do agronegócio no Tocantins, e comprovar que existem contradições sociais, apesar da produção de riquezas.

Para compreender a dinâmica do agronegócio e as relações que ele estabelece com o Estado e com a comunidade local, foi necessário fazer um retrospecto histórico do Brasil, desde a década de 30 até o ano de 2010. Entender como a ocupação do Cerrado tocantinense é o resultado de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional e à integração do Brasil, a partir da ocupação do Cerrado e da Amazônia.

O diálogo com os autores que discutem a ocupação do Cerrado a partir do PND e seus projetos de desenvolvimento como o POLAMAZÔNIA, PRODECER, POLONOROESTE, entre outros, possibilitou constatar que o Estado é quem atrai e possibilita a exploração dos territórios. Suas ações estão voltadas em primeira instância

à economia, ao capital nacional e estrangeiro, em detrimento das questões sociais e ambientais, que precisam ser consideradas.

Em relação ao desenvolvimento do agronegócio no Tocantins, é possível afirmar que há um crescimento econômico significativo dos municípios investigados, como os índices de educação, longevidade e renda. Porém existe um crescimento quase que proporcional de pobreza de grande parte dessas populações, demonstrando que esse crescimento é inversamente proporcional, ou seja, à medida que a economia desses municípios cresce, também se acentua o processo de exclusão social.

Dessa forma, é necessário que o Estado garanta o desenvolvimento humano, social e econômico da sociedade. Ele como agente regulador deve garantir uma melhor distribuição de renda, possibilitando que as pessoas sejam assistidas em seus direitos e tenham qualidade de vida, e não expropriadas de seus espaços, dos territórios que habitam.

Referências

ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil. 2013. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: julho. 2014.

CALAÇA, Manoel. A territorialização do capital no Cerrado: uma abordagem metodológica. In: SANTOS, Roberto. (Org.). **Território e Diversidade Territorial do Cerrado: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais**. Goiânia: Ed. Kelps, 2013. p. 19-36.

IBGE - Instituto de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em Janeiro. 2014.

GIRALDIN, Odair. **A (Trans) formação Histórica do Tocantins-** Goiânia. Ed. UFG. Palmas. Unitins, 2004

KOHLHEPP, Gerd. **Amazônia Brasileira: conflitos de interesses no ordenamento territorial da Amazônia Brasileira**. Revista Estudos Avançados, v. 16, n. 45, São Paulo mai/ago. 2002.

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas: a geopolítica de (re)ocupação territorial na Amazônia Legal**. Goiânia: Ed. Kelps, 2011.

OLIVEIRA, Arioaldo U. **Integrar para não entregar. Políticas públicas para a Amazônia**. 2ª ed. Campinas: Ed. Papirus, 1991.

PARENTE. Têmis Gomes. **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins**. Goiânia. Ed. UFG. 1999

PIRES, Mauro O. **Programas agrícolas na ocupação do Cerrado**. Revista Sociedade e Cultura, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 111-131.

RODRIGUES, Daniel B; CABRAL, José Pedro C. O projeto Rio Formoso e a chegada da reprodução ampliada do capital na região do Médio Araguaia: 1980-2012. In: SANTOS, Roberto. (Org.). **Território e Diversidade Territorial do Cerrado: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais**. Goiânia: Ed. Kelps, 2013. p. 151-170.

RODRIGUES, Waldecy; VASCONCELOS, Silvio J; BARBIERO, Alan K. **Análise da efetividade socioeconômica do Prodecir III no município de Pedro Afonso, Tocantins**. Pesquisa Agropecuária Tropical, Goiânia, v. 39, n. 4, p. 301-306, out/dez. 2009.

SANTOS, Milton. **Os espaços da racionalidade. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

SANTOS, Roberto de S. *Eixos de Desenvolvimento Regional no Tocantins*. In: SANTOS, Roberto. (Org.). **Território e Diversidade Territorial do Cerrado: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais**. Goiânia: Ed. Kelps, 2013. p. 135-149.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento e da Modernização da Gestão Pública do Tocantins. **Perfil socioeconômico dos municípios do estado do Tocantins**. Disponível em: www.seplan.to.gov.br.

SILVA, Otávio Barros da. **Breve História do Tocantins e de sua Gente: Uma Luta secular**. Araguaína: Federação das Indústrias do Estado do Tocantins, 1996.

SILVA, Iltami; VINHAL, Maria do Carmo. **À sombra da estrada: a Belém- Brasília e a fundação da cidade de Colinas-1960/1965**: Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins, 2008.

VINHAL, Maria do Carmo Barros. **Colinas do Tocantins: desenvolvimento e transformações ambientais**. Programa de pós-graduação em ciências do ambiente e sustentabilidade na Amazônia/UFAM- Manaus, 2009.